

Jornal do **XII** Encontro Nacional

União Nacional por Moradia Popular

Realização



UNIÃO
NACIONAL POR
MORADIA
POPULAR

Edição Especial - Nº 01
24 a 27 Nov. /2011

Moradia, Autogestão
e Socialismo na
Luta pelo Direito
à Cidade



Pág.

2

Editorial:
Socialismo e
autogestão

Pág.

3

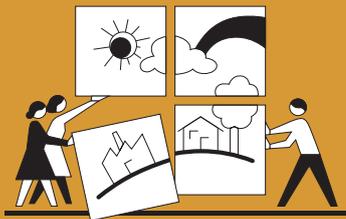
Tudo sobre o
12º Encontro,
com participação
de 19 estados

Pág.

8

Manifesto em
Defesa da
Democracia

Expediente



Jornal - Edição Especial

XII Encontro Nacional
União Nacional por Moradia Popular

União Nacional por Moradia Popular
(UNMP)

www.unmp.org.br

unmp@uol.com.br

Fotos:

André Daniel Souza

Redação:

Fabício Veloso

Edição:

Valéria Rodrigues e Vera Lima

Produção/diagramação:

Eficaz Comunicação



Ministério das Cidades



Editorial

Socialismo: autogestão com União é possível

O 12º Encontro Nacional da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) acontece, neste ano, com dois marcos muito importantes. Estamos completando os 10 anos da promulgação da Lei do Estatuto das Cidades. Além disso, comemoramos os 20 anos da entrega daquele que foi o primeiro projeto de lei de iniciativa popular pedindo ao Governo que criasse o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Este projeto de lei ficou 13 anos engavetado no Congresso Nacional e, somente com o advento do Governo Lula, tivemos a sanção da lei, em 2005, que foi o marco regulatório de habitação de interesse social do país.

O presidente Lula não só sancionou a lei, como criou o Ministério das Cidades, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e, sobretudo, o Conselho Nacional das Cidades, do qual nós fazemos parte e temos lutado para implementar as políticas e, porque não dizer, modificá-las.

A União Nacional comemora mais de duas décadas de lutas pelo direito à moradia e, desde o seu nascimento, tem recebido o apoio dos movimentos populares, sobretudo, aqueles que, desde a abertura do regime democrático, têm pautado a luta pelo direito à cidade.

Razão de termos assumido nesse encontro, que acontece em Belo Horizonte/MG, o tema 'Moradia, Autogestão e Socialismo na Construção do Direito a Cidade', que justifica e fornece todo o embasamento para a ideia de que 'moradia' não se restringe à construção da casa. É um conceito amplo que, aliado ao socialismo e executado por meio da autogestão,

possibilitará o acesso a moradias com mais qualidade, urbanização e ocupação das cidades sem as políticas de exclusão, e de segregação espacial, principalmente, executadas sob influência do Capitalismo.

Quando nós falamos em 'autogestão', vale esclarecer que se trata de uma forma de construir um socialismo a partir das nossas mãos e da organização popular. Um processo que visa também a transformação daquilo que seria lucro para as empresas em conforto e dignidade para as nossas famílias.

Importante lembrar, ainda, que autogestão é um tema muito importante e simples e que não deve ser confundido com 'autoconstrução' e 'mutirão'. Estes últimos são ferramentas fundamentais para que a gente barateie o custo das construções e para que possamos dominar a técnica construtiva.

E o socialismo é um sistema político de alvo, uma construção constante, que nós, nesse XII Encontro Nacional, buscamos como rumo para a União Nacional por Moradia Popular e lutamos pela propriedade coletiva.

O Brasil já acumulou condições de zerar o déficit habitacional se conseguirmos um avanço do governo e uma legislação que acompanhe e implemente, definitivamente, o Estatuto das Cidades, os recursos de 2% do orçamento federal e 1% dos recursos dos estados e municípios, como prevê a PEC da moradia.

Assim, daremos ao país um grande presente para o futuro dos nossos filhos, que é a extinção de um sistema capitalista perverso que toma conta das nossas cidades e, inclusive, das nossas casas.

Whelton Pimentel de Freitas (Leleco)

Coordenador da União de Minas Gerais e da União Nacional

Moradia e autogestão na luta pelo direito à cidade

XII Encontro Nacional da União Nacional por Moradia Popular

Mais de 800 pessoas, de 19 estados brasileiros, participaram do XII Encontro Nacional da União Nacional por Moradia Popular, ocorrido no período de 24 a 27 de novembro, no SESC Venda Nova, em Belo Horizonte/MG, com o lema “Moradia, Autogestão e Socialismo na Luta pelo Direito à Cidade”.

Na ocasião, o coordenador nacional da União Nacional por Moradia Popular, Donizete Fernandes, reforçou a importância da luta na busca de moradia para todos, fruto da organização popular, e falou do momento difícil que o movimento vive com a União em função do recente Decreto que suspende o repasse financeiro a entidades sociais.

Ele também defendeu uma divisão mais justa para o Brasil. “Nosso país tem uma extensa gama de recursos naturais e de terras que podem abrigar vários cidadãos, portanto é fundamental que as que as autoridades distribuam de maneira mais justa essas riquezas, potencializando a consolidação de uma sociedade justa e igualitária”.

Para o representante da Secretaria Latino-Americana de Vivienda Popular (Selvip), Homero Ramirez, o debate volta a discutir o socialismo sob uma nova perspectiva, mais inclusiva, por meio de práticas solidárias. “Esse encontro mostra que as ações na busca pelo direito às cidades fazem parte de uma luta social maior. E esses movimentos sociais possuem conteúdo para subsidiar essas discussões. Isso é uma gestão coletiva”.

A abertura contou representantes de movimentos ligados à luta por moradia, além de políticos e autoridades. Presente, o Ministro Gilberto Carvalho, secretário da Secretaria Geral da Presidência da República ressaltou a importância da parceria do Governo com os movimentos. “O governo federal não abre mão da parceria com os



movimentos. Essa parceria é fundamental para a construção da verdadeira democracia e de um país justo.”

Sobre o Decreto publicado pela presidenta Dilma Rousseff que suspende o repasse de recursos para as entidades sociais, na tentativa de conter recentes denúncias, o Ministro afirmou que a parceria com as entidades sérias, idôneas e transparentes será restabelecida em breve.

Várias outras autoridades participaram do evento. Deputados federais, estaduais, prefeitos e vereadores prestigiaram a solenidade. Também estiveram presentes outras entidades representativas dos movimentos de luta por moradia e do Fórum Nacional de Reforma Urbana. O coordenador do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Marcos Landa, destacou a importância da unidade das Associações afins e citou o Estatuto das Cidades como uma das maiores vitórias alcançadas até o momento.

Para a presidente da Coalisão Internacional para Habitat (HIC), Maria Lorena Zárate, a articulação entre os movimentos sociais brasileiros em defesa pelo direito às cidades é exemplo para os países latino-americanos, em especial o México. Segundo ela, os

moradores precisam mais do que moradia digna, e sim, acesso a toda área metropolitana.

“Após três anos, a Cidade do México vai lançar a sua carta pelo direito às cidades, inspirado na luta dos movimentos populares. Temos muitas semelhanças entre o Brasil e o México, como conflitos sociais entre os movimentos e partidos de direita, e remoção dos mais pobres para as periferias”, explicou Lorena.

O coordenador da Central de Movimentos Populares (CMP), Saulo Manoel da Silveira, revelou preocupação com o impasse das ONGs. “Hoje, a União dos Movimentos por Habitação é uma organização que pode ajudar muito a presidente Dilma, os governadores e os prefeitos a conduzir a política de reforma urbana. Porém, fico preocupado com o decreto da presidenta, pois nivela todas as organizações e movimentos. Nós somos contra a corrupção, pois sofremos, historicamente, as suas consequências. Por outro lado, espero que consigamos aprovar a PEC da moradia, que está tramitando no Congresso Nacional - será um avanço grandioso. Espero que o 'Minha Casa, Minha Vida' tenha regras mais claras e atenda a 90% da camada mais pobre do nosso país.”

Realização

O Encontro, promovido pela União Nacional por Moradia Popular, acontece a cada três anos e reúne representantes de todo o Brasil. Consta da pauta um balanço das atividades, por estados, de um relato das ações, fruto das definições ocorridas em Goiás, na última edição do evento.

O gerente nacional da rede de Desenvolvimento do Nordeste da Caixa Econômica Federal (CEF), Tácito Maia, informou que o programa Minha Casa Minha Vida é fundamental no processo da luta pela habitação, ao lado dos movimentos que lutam por moradia no país, e anunciou que novas unidades serão criadas em breve, por todo o país.

O vice-prefeito de Belo Horizonte, Roberto Carvalho, revelou, em sua fala, alegria em participar do Encontro e afirmou que todos os presentes estavam unidos pelo sentimento da luta por dias melhores.

Também presente, o prefeito de Alfenas/MG, Luiz Antônio da Silva elogiou o movimento pela bela realização de um Encontro daquele porte, em defesa de uma moradia digna e para todos. “Nesse contexto, é dever dos homens públicos ajudar os movimentos populares na construção de dias melhores e mais democráticos”, frisou.

Por sua vez, o deputado federal Padre João, que é o interlocutor do movimento no Congresso Nacional e junto à União, defendeu avanços na política em benefício da habitação. “O compromisso dos movimentos populares aqui reunidos, é formular suas reivindicações para que, juntos, levemos à presidenta Dilma e possamos aperfeiçoar as políticas de habitação e reforma urbana, que contemplem aos menos favorecidos”, concluiu.

Histórico

O coordenador da União em Minas Gerais, Welton Pimentel de Freitas, o Leleco, conduziu os trabalhos do primeiro dia do evento. Comemorou a entrega, há 20 anos, no Congresso Nacional, de documento com mais de um milhão de assinaturas de todo o país,

que deu origem ao Fundo Nacional de Moradia Popular – marco para o setor habitacional em nível nacional.

“Há duas décadas foi formulado o primeiro projeto de lei de iniciativa popular sugerindo a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Este ficou 13 anos engavetado e, somente no Governo Lula, saiu do Congresso”, afirmou Leleco.

Para ele, o projeto de lei formulado na época por meio de um abaixo-assinado em todos os estados foi fundamental para criar um marco regulatório de habitação de interesse social no país.

A mesa oficial foi unânime em referenciar Luis Inácio Lula da Silva pela sua importância para o setor habitacional brasileiro e também pelo seu restabelecimento. Lula havia confirmado presença no evento antes de ter diagnosticado um câncer.

A pauta de abertura contou ainda com apresentação cultural “Cortejo da Louvação”, exibida pelo Grupo Dom em Cena, do município de Pedro Leopoldo. Após as falas, houve ainda apresentação cultural dos estados. O Encontro aprovou a Carta Latino-Americana, com a definição da agenda de luta para os próximos três anos.

Relatos Estaduais

Representantes dos 20 estados brasileiros mais o Distrito Federal marcaram presença no Encontro, com suas respectivas delegações, com o objetivo de, além de apresentar a realidade habitacional do local onde vivem, relatar o balanço estadual frente às últimas definições tiradas no Encontro anterior, realizado há três anos, em Goiás.

Sergipe

De acordo com o coordenador da União em Sergipe, Jorge Luiz de Jesus Santana, o objetivo é promover a rotatividade de moradores no momento em que suas casas não estão prontas. “Após a instalação, elas abrem espaço para que outras famílias ocupem os

imóveis também provisoriamente. Esse modelo está sendo discutido junto a outros estados e é um projeto que queremos ampliar em Sergipe”, explica. Jorge também afirma que uma das maiores dificuldades hoje, no estado, também é a burocratização de projetos imposta pelo Governo Federal, além dos altos custos cartoriais, com que as famílias não têm condições de arcar.

Paraíba

As atividades da União por Moradia Popular da Paraíba viabilizaram junto ao Governo do Estado a doação de 100 lotes na cidade de Bayeux para a construção de 200 unidades habitacionais verticais. Além disso, os municípios de Marcação, Rio Tinto e Bahia da Traição terão mais 200 habitações construídas.

Além disso, a Paraíba desenvolveu o primeiro projeto habitacional para povos diferenciados. O estado é pioneiro e único a desenvolver o modelo, segundo o coordenador regional da UNMP-PB, Josegreyce de Albuquerque. “Por meio da atuação constante da Coordenação das Moradias Populares temos o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que contempla a população rural a se estender, também, à população indígena”, explicou.

Rio de Janeiro

“Hoje, estamos em sete municípios do Rio, caminhando para um processo de autogestão, e fazendo projetos comunitários e em mutirão, agregando a militância e fazendo um trabalho de transparência dos recursos. Lutamos para que os recursos públicos realmente venham para nossas entidades, com transparência, sem corrupção”, diz o Coordenador da União do Rio de Janeiro e da União Nacional por Moradia Popular, Cláudio Pereira. Ele cita trabalhos realizados, inclusive, em áreas nobres da capital fluminense, como no centro da cidade, com projetos na Gamboa, com 142 unidades, através do mutirão da autogestão.

Piauí

Na cidade de Piripiri, por exemplo, a União das Moradias Populares do Piauí conseguiu viabilizar junto ao poder público a construção de mais de 150 unidades habitacionais, além de 56 apartamentos pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Em Nazária, estão sendo construídas mais 100 unidades, e no município de Picos, a proposta é construir outras 100 casas. “Ficamos felizes por fazer um trabalho continuado e integrado com a direção nacional no sentido de buscar, constantemente, recursos para viabilizar o direito à moradia digna às famílias”, conta a coordenadora regional do Piauí, Clara de Aquino Monteiro (Fofa).

Apesar do avanço na questão habitacional, ela critica a democratização da informação, sobretudo, nos processos técnicos para a realização dos projetos de habitação. “A burocratização dos projetos por parte do Governo Federal ainda é muito grande, o que dificulta o acesso aos mesmos, sendo que, a cada novo passo uma nova exigência é feita, mas muito já se avançou nesse sentido”, conclui.

Bahia

O cenário apesar de complexo parece se consolidar em dias melhores. Nos últimos três anos, conforme Coordenadora da União de Bahia e também Nacional, Marli Carrara, houve avanços. “Antes, tínhamos 500 unidades em construção, hoje são 1.100, expandimos para o interior - que era uma meta, e conseguimos interiorizar. Apesar das dificuldades, avançamos. Este encontro trouxe outro momento para a União de Moradia, que é celebrar as conquistas e apontar sobre o que vamos nos debruçar a partir de agora”, argumenta.

Ceará

Para os coordenadores regionais do Ceará, o 12º Encontro de Moradias Populares possibilitou a troca de experiências mas, principalmente, foi de aprendizagem com vistas a desenvolver suas políticas públicas de habitação e ajudar na conquista de uma moradia

mais digna.

De acordo com o coordenador estadual, Hércules Lopes Agostinho, o déficit habitacional do estado supera 1 milhão de moradias, além de as condições serem desfavoráveis para habitação tanto na capital como no interior.

“É impressionante quando se anda não só por Fortaleza e pela Região Metropolitana, mas por todo o estado, a quantidade de moradias de taipa. É um número significativo de moradias sem banheiro, sem estrutura, com total precariedade. Infelizmente, o governo estadual não tem a visão do movimento social, que é o direito à moradia digna”, relata Hércules.

Amazonas

O estado ainda não possui uma política própria de habitação, que acompanha quem realmente necessita ou não tem moradia. Segundo a coordenadora regional, Cristiane Amaral Sales Teles, um projeto dos Governos Estadual e Federal prevê a construção de cerca de nove mil moradias populares, mas ainda não foi estabelecida.

“Em Manaus, a prefeitura está instalando uma Secretaria de Habitação para o cumprimento do Estatuto das Cidades, está em fase inicial. Mas, no nosso estado, o déficit habitacional é de mais de 120 mil unidades - e aí dizemos sub-habitações, ou sem-teto”, explica.

Segundo ela, muitos conseguem a moradia popular, vendem os imóveis e retornam às áreas de risco. Mas, o principal problema é a delimitação de espaços para se traçar uma política de habitação para a comunidade. “Nosso principal problema é a falta de terras e a especulação imobiliária. Há muita grilagem de terra. Então, há muita dificuldade em efetuar uma política pública concernente à habitação e delimitar espaços”, finaliza.

Maranhão

O grande problema enfrentado no estado hoje, são os despejos forçados, aliado à instalação de grandes projetos urbanos, que levam à remoção

das famílias. “Somados a isso, temos a falta de uma política de regularização fundiária e a questão da instalação de grandes projetos, que não prevêem nos seus orçamentos o remanejamento das famílias que habitam ali aquelas áreas”, afirma Creuzamar de Pinho, coordenadora-geral do UNMP no Maranhão.

Goiás

A União Estadual por Moradia Popular de Goiás (Uemp-GO), segundo o coordenador Nacional por Goiás, Vidal Barbosa, tem avançado na luta pela moradia com a economia solidária. Produziu, nos últimos 4 anos, cerca de 4.500 moradias, além de 450 pelo crédito solidário. Atualmente, vem executando 7 projetos, sendo 5 do Minha Casa Minha Vida, um pelo Fnhis; projeto João Paulo II em Goiânia e um de apartamentos na cidade de Cristalina.

Tocantins

Segundo a Coordenadora da União por Moradia Popular de Tocantins, Roseli Andrade, atualmente 30% das áreas da cidade de Palmas estão desapropriadas e pertencem majoritariamente às grandes empresas. “No Estado inteiro, cerca de 40% das pessoas não possuem uma moradia própria. Neste sentido, estamos pressionando o poder Legislativo para que elaborem leis que possam tornar obrigatória a desapropriação com fim social de terras que não estão sendo utilizadas para nenhum fim”, argumenta.

Santa Catarina

Em Florianópolis, muitos avanços e luta constante, principalmente, pela retomada da participação da União Estadual por Moradia Popular de Santa Catarina no plano diretor da habitação na capital. A União conseguiu aprovar o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social da capital catarinense e, agora, participa do Conselho Estadual das Cidades.

“Temos um mutirão para o Minha Casa, Minha Vida em Laguna

para construção de 30 casas, e estamos reivindicando junto à SPU um terreno em Palhoça para a construção de 100 unidades habitacionais por mutirão", disse o coordenador da UEMP-SC, Márcio Porto.

São Paulo

No estado, a União conseguiu importantes conquistas, como a compra antecipada de quatro terrenos na capital e Região Metropolitana para a construção de moradia por autogestão de 1500 famílias pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Os projetos estão em fase de aprovação e as obras devem começar em 2012. "Além disso, negociamos com a Secretaria de Patrimônio da União para a construção de 800 unidades pelos movimentos sociais em terrenos e edifícios na região central. E, após 15 anos, conseguimos implementar o Conselho Estadual de Habitação", afirmaram os coordenadores da UNMP-SP, José de Abraão e Vera Eunice (Verinha). Cerca de 2 mil unidades foram construídas no interior do estado e 800 casas estão em fase de implantação na Região Metropolitana de São Paulo.

Distrito Federal

A União Nacional por Moradia Popular do Distrito Federal tem como proposta a construção das unidades habitacionais em 'escala industrial'. Tanto que, nos últimos anos, uma das 90 entidades filiadas à UNMP-DF, definiu um cronograma de obras para construção de mais de 6 mil unidades habitacionais na cidade satélite de Riacho Fundo II. "O movimento não vai perder as suas características se enveredar em um processo de construção de moradias populares em grande escala", disse o membro da UNMP-DF, Carlos Roberto. Para ele, o mecanismo político de trabalhar junto às pessoas, em regime de autogestão e mutirão, deve permanecer fortalecido.

Pará

A autogestão é hoje a principal ferramenta para que os movimentos sociais avancem suas propostas na

gestão das cidades. A visão é do coordenador da União Pará e da União Nacional, Alcir Matos, define as ações no estado nos últimos anos.

"Cumprimos nossas metas no sentido de que começamos no processo de ocupação e, hoje, trabalhamos a autogestão é um processo que organiza as famílias do movimento. E isso é um avanço muito grande", diz Alcir, que ressaltou as conquistas das famílias de até 3 salário mínimos, antes sem recursos para habitação e, com o Governo Lula, são contempladas.

Pernambuco

Diversos desafios da atualidade dizem respeito à autogestão, à formação política e ideológica. A proposta, segundo o Coordenador da União de Pernambuco e da União Nacional, Marcos Cosmo, é fazer com que os dirigentes da luta pela habitação entendam que essa bandeira não é apenas pela habitação. "Ela tem um viés voltado para outro modelo de economia instalada hoje no país. Além de fazer o elo de um modelo de cidades – a que temos e a que queremos – em Pernambuco, temos avançado muito. Houve crescimento político de nossa militância, temos tido diálogo com os governos instituídos nas esferas federal, estadual e municipal. Mas, sempre queremos mais. Essa é a essência da nossa insatisfação e da busca por um mundo diferente", justifica.

Alagoas

De acordo com o coordenador da União por Moradia Popular de Alagoas, José Cláudio dos Santos, o movimento conseguiu importantes avanços na Conferência das Cidades e no reconhecimento da sociedade alagoana.

"Também conseguimos construir 210 unidades habitacionais pela Resolução 460 do Governo Federal em Maceió, além de 150 unidades pelo Minha Casa Minha Vida, que são de interesse social, para famílias que antes ocupavam barracas de lona", disse José. Segundo ele, a conquista maior foi a transferência de 1570 famílias que

ocupavam barracas de lona para habitações de interesse social em Maceió

Paraná

"Não temos um tijolo assentado. Todos os terrenos que conseguimos até o momento foi com a Secretaria de Patrimônio Estadual. Mas nosso déficit no estado é de 400 mil moradias", diz a coordenadora da União por Moradia Popular do Paraná, Maria das Graças Silva de Souza.

Essa realidade que a União vem atuando incansavelmente no estado, e conseguiu avanços. No município de Cornélio Procópio, os mutuários, juntos, compraram um terreno para construção de 1.372 unidades, que já está em fase de terraplanagem. Ao todo, 3 mil moradias serão viabilizadas.

Espírito Santo

A União no Espírito Santo é recente, foi criada em 2007. "Desde então, avançamos muito, conseguimos uma sede, conquistamos um prédio do INSS na época do governo Lula (um prédio com quatro andares) para abrigar 24 famílias", disse a coordenadora da UNMP-ES, Edilza Maria Felipini.

Em outra frente, a União conquistou um prédio da Secretaria de Patrimônio da União para 119 apartamentos. O projeto já está pronto, e serão iniciadas as obras e as famílias já foram selecionadas. A União, agora, está constituída de fato no Espírito Santo.

Minas Gerais

O estado teve muitas conquistas e a União avançou muito. Segundo a coordenadora da UNMP-MG, Norma Lúcia, as principais conquistas com as políticas de habitação estão contempladas pelos programas Minha Casa Minha Vida, Crédito Solidário e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

"Nos últimos três anos conseguimos mais de 2.500 moradias e outras 870 estão em negociação", disse Norma. A UEMP está organizada em 5 regiões do Estado (Vale do Aço, Metropolitana, Sul de Minas, Zona da Mata e recentemente no Triângulo).

Galeria de fotos



Movimentos realizam Marcha Nacional pela habitação



Mais de 5 mil manifestantes de movimentos de moradia de todo o país participaram, em Brasília, de uma marcha até o Palácio do Planalto. Em Curitiba, houve manifestação em diversos órgãos públicos (Caixa, SPU e COHAB). Em Maceió, o ato público aconteceu no calçadão do comércio/Centro. Sergipe contou com ato no município de Santo Amaro, onde 150 famílias que ocuparam as casas do Minha Casa Minha Vida protestaram contra a falta de solução para a ocupação e contra a pressão que vêm sofrendo por parte das forças locais. Em Teresina, houve um ato em frente um Prédio desativado do INSS (em frente a Praça João Luiz Ferreira no Centro da cidade).

Na madrugada do dia 3, cerca de 300 famílias ocuparam um imóvel do INSS na Rua Martins Fontes no Centro de São Paulo. Em Recife, famílias sem teto ocuparam hoje o armazém da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no bairro de Santa Rita.

Participaram da ocupação cerca de 300 pessoas. Em São Paulo, o movimento realizou uma Passeata para cobrar o andamento projetos no âmbito do Governo do Estado. A manifestação ocorreu na porta da Secretaria Estadual de Habitação. Em Manaus, houve um ato público em frente ao Fórum Enok Reis denunciando a criminalização do Movimento Social e a prisão da liderança popular Agnaldo.

MANIFESTO AO POVO BRASILEIRO:

Em Defesa da Democracia e da Participação Social

Os signatários do presente Manifesto, líderes de organizações populares de diversos segmentos da sociedade, dirigem-se ao povo brasileiro para rechaçar os ataques das forças conservadoras do país, particularmente de parte da mídia monopolizada, que a pretexto de defender a ética e a moralidade na gestão dos recursos públicos, condenam sumariamente a prática democrática e justa de celebração de convênios e parcerias entre os movimentos sociais, ong's e os poderes públicos constituídos, em especial a União. Essas parcerias, apoiada nos mais altos valores democráticos e, devidamente controladas pelos órgãos oficiais de fiscalização, reforçam a profundidade e amplitude da ação do Estado, ampliam a prática democrática dos governos e contribuem para o amplo desenvolvimento do país, com crescimento econômico e justiça social.

É preciso denunciar a propaganda ideológica em curso que manipula a informação com suposta neutralidade de interesses, invertendo a ordem dos fatos, transformando as vítimas em algozes. O que é preciso denunciar de fato é que os donos do poder, aqueles que vitimaram a sociedade brasileira por 500 anos, sempre em nome de seus interesses pessoais, de famílias ou grupos econômicos, estão altamente descontentes com a transformação social e econômica em curso no Brasil.

Não só a ascensão social e econômica dos de baixo, mais o empoderamento destes através de sua auto-organização tem assustado e acuado os interesses da minoria que mandaram e desmandaram neste país. Cabe-nos anunciar a sociedade brasileira que este movimento engenhoso, que busca a deslegitimação e criminalização dos movimentos sociais e ong's, é parte integrante de uma arquitetura planejada daqueles que sempre tiveram o Estado brasileiro a seu serviço.

A tentativa permanente de questionar a autonomia dos movimentos sociais e ONG's criminalizando as entidades da sociedade civil, e mais recentemente a relação destas com governos democráticos e populares, têm como pano de fundo promover um grave retrocesso democrático e está na contramão do atual modelo de desenvolvimento em curso no país, amplamente aprovado pelo povo brasileiro com a eleição do Presidente Lula, sua reeleição e a condução da sucessão deste projeto com a vitória da Presidenta Dilma Rousseff.

No campo da reforma urbana, defendemos a proposta autogestionária e o papel fundamental dos movimentos populares e demais entidades sociais na produção social de territórios de inclusão social. O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades é fruto da histórica construção de movimentos,

cooperativas e assessorias em parceria com o poder público e tem demonstrado resultados positivos, com moradias melhores e maiores, além de comunidades mais fortalecidas.

Nossa luta deve e irá avançar. As calúnias, a tentativa de golpe nas conquistas do povo brasileiro, serão respondidos à altura nas ruas e nas redes sociais por nossa ação militante e a organização de nossas entidades. Permaneceremos construindo, potencializando e aperfeiçoando um sistema de participação social, que atribua cada vez mais vínculos de cooperação entre a sociedade civil e o Estado.

D e n u n c i a r e m o s e combateremos toda e qualquer forma de retrocesso, seja pelos ataques infames da mídia golpista e monopolizada, ou dos partidos e entidades daqueles que querem recolocar o Estado brasileiro a serviço de seus interesses particulares, que negam as urgências da sociedade brasileira. Como também, de possíveis recuos dos governos que estejam pautados por este ataque violento e calunioso.

Por um novo marco regulatório para as entidades da sociedade civil e movimentos populares.

Pela Reforma Política.

Pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade.

Brasília, 16 de novembro de 2011

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA

CONAM – Confederação Nacional de Associações de Moradores
CMP - Central de Movimentos Populares
MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia
UNMP – União Nacional por Moradia Popular
Action Aid do Brasil
AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros
ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos
Fundação Bento Rubião - Centro de Defesa dos Direitos Humanos
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
CAAP – Centro de Assessoria à Autogestão Popular
Conselho Federal do Serviço Social
Habitat para Humanidade - Brasil
Fórum Sul de Reforma Urbana
Fórum Nordeste de Reforma Urbana
FAOR (Fórum da Amazônia Oriental) GT-Urbano
FAOC (Fórum da Amazônia Ocidental)

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
FENAE – Federação Nacional das Associações de Empregados da Caixa Econômica
FENEA – Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
FISENGE – Federação Interestadual dos Sindicatos de Engenharia
FNA – Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas
POLIS – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo
Rede Observatório das Metrôpoles
CENDHEC - Centro Dom Hélder Câmara Estudos e Ação Social
Terra de Direitos